

Caracterização do Setor Informal no Município de Viçosa e a Percepção dos Empresários, sobre as vantagens e desvantagens da Formalização.

Clarice Ferreira Cardoso ¹
Maria Inês do Carmo ²

1. Introdução

A economia informal representa boa parte das atividades empresariais em praticamente todo o mundo. No Brasil, segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em maio de 2005, na ECINF (Economia Informal Urbana), 2003, a economia informal respondia quase pela totalidade das pequenas organizações brasileiras. Em Viçosa, segundo informações contidas no Perfil Empresarial de Viçosa (2004), cerca de um terço das empresas eram informais.

Em Viçosa as empresas informais representavam 30% do total das empresas do Município no ano de 2004. De acordo com dados do Perfil Empresarial de Viçosa (2004), do total de 1.166 empresas que fizeram parte da pesquisa realizada pelo CENSUS (Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável), no fim do ano de 2003, um terço eram informal sendo o setor de serviços o que apresentou a maior proporção de empresas informais com 43,14% do total.

Embora envolva significativa parcela das atividades empresariais, sendo oportunidade de trabalho para boa parte da população, o setor informal representa um grande desafio para a administração pública na medida em que, não estando registrados, os trabalhadores ficam sujeitos ao total desamparo, no caso de incapacidade para o trabalho, já que não possuem registros no sistema de seguridade social. Além disso, os cofres públicos deixam de recolher impostos e contribuições incidentes sobre as atividades empresariais exercidas à revelia do poder público.

Dessa forma, considerou-se importante estudar as empresas informais no Município de Viçosa, tentando identificar as razões segundo as quais, grande parte dos empresários atua na

¹ Acadêmica do último período do curso de Administração da Faculdade Viçosa

² Administradora, mestre em administração. Professora da Faculdade de Viçosa

informalidade. Assim, o poder público poderia implementar políticas e ações voltadas a motivar a formalização oferecendo aos empresários a possibilidade de obtenção dos benefícios da seguridade social, de obter melhores condições de créditos bancários entre outros. Tal medida traria também benefícios para o município como maior arrecadação de impostos e taxas.

O objetivo do presente trabalho foi o de caracterizar o setor informal da cidade de Viçosa, buscando identificar se os empresários conhecem as vantagens da formalização, se já avaliaram os custos e benefícios da mesma e compreender os motivos segundo quais optaram por permanecerem na informalidade.

2. Referencial Teórico

As cidades e sua função de disciplinar as atividades dos cidadãos

Para Weber (2004), uma cidade baseia-se em dois fundamentos básicos: a existência de uma sede territorial, como centro, para cujas necessidades econômicas ou políticas trabalham as indústrias, e o comércio; o segundo fundamento seria a realização de uma troca de bens não apenas ocasional, mas regulada, na localidade, como componente essencial das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores ou seja, a existência de um mercado. Segundo o autor, cidade no sentido econômico, trata-se de um lugar onde a população local satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas com produtos que a população local e dos arredores produziu ou adquiriu para a venda no mercado. Cidade então é uma localidade de mercado, ou seja, tem um mercado local como centro econômico, no qual em virtude da existente especialização da produção econômica, também a população não-urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis ou de ambos, e as trocas entre os próprios moradores produtos essenciais e satisfazem as suas necessidades de consumo e de suas economias. A existência de um mercado baseia-se numa permissão e garantia de proteção do poder local e territorial.

Estudando a sociedade moderna, consolidada a partir da revolução industrial, Weber (2004) não somente discorreu sobre o papel das cidades e da gestão local, como também descreveu as organizações formais, que, segundo ele eram sinônimos de organizações burocráticas. Tais organizações, para funcionarem bem, seriam regidas pela racionalidade e pelo formalismo, aspectos que poderiam levar as organizações a obterem a eficiência. Para Weber, racionalidade era sinônimo de eficiência.

Embora as organizações formais possam ser consideradas como um fenômeno antigo, só modernamente, se tornou um fato social importante. A explicação para isso é simples: a família deixou de ser a unidade básica de produção, passando essa função a ser exercida pela empresa burocrática. O mundo moderno passou a ser caracterizado como um mundo de organizações, e estas passaram a ter especial relevância transformando-se em um dos fenômenos sociais dominantes.

2.2 Organizações e a Sociedade Moderna

Ressaltando a importância das organizações nas sociedades modernas, Etzioni (1978) afirma: a nossa sociedade é uma sociedade de organizações. O autor observa que racionalismo, eficiência e competência são valores atuais e que as organizações são as formas mais racionais e eficientes de agrupamento social. Ao combinar pessoal e recursos, avaliar continuamente suas realizações e ajustarem-se a fim de atingir objetivos, elas tornam-se mais eficientes do que os agrupamentos menores, para atender as necessidades da sociedade.

As organizações, enquanto unidades sociais, ou agrupamentos humanos são caracterizadas, no geral, por divisão do trabalho, poder e responsabilidade de comunicação; presença de um ou mais centros de poder e substituição de pessoal. Para Etzioni (1978), estrutura social também pode expressar a idéia, mas organização é a palavra mais adequada para designar unidades planejadas, intencionalmente estruturadas com o propósito de atingir objetivos específicos.

Nos últimos duzentos anos, a crescente predominância das organizações nas modernas sociedades industriais e a proliferação do número de grandes empresas, passou a ter um papel essencial nas atividades humanas. Assim diversos teóricos estudam as relações homem/organizações do ponto de vista científico, tendo sido cunhado o termo “Homem organizacional”, para designar o homem que vive em organizações, pensa em grupo, toma decisões em grupo, trabalha e se diverte em grupo, e cujos valores e crenças são os valores e crenças das organizações de que participa.

Os estudos modernos a respeito dos sistemas sociais organizados têm por base a obra de Max Weber (2004). Para este autor, a compreensão da influência entre poder de controle e sua legitimação é questão central da organização que precisa compreender como controlar os participantes a fim de elevar ao máximo a eficiência. Weber (2004) observou que o crescente tamanho e a complexidade das empresas passaram a exigir modelos organizacionais mais bem definidos. Assim, propôs-se a descrever um modelo de organização baseado na racionalidade e no formalismo, que definiu como dominação racional-legal também chamada de burocracia, cuja legitimidade se baseia em normas legais e racionalmente definidas.

As causas pelas quais as burocracias passaram a ter papel cada vez mais relevante no mundo moderno estão relacionadas ao problema da racionalidade e da eficiência. Segundo Motta e Pereira (1988), tanto faz, “dizer que a burocracia é um sistema social em que a divisão do trabalho é racionalmente realizada, como afirmar que é o sistema social que se administra segundo critérios de eficiência”.

A organização informal, na visão de Etzioni (1978), não surge apenas como consequência imprevista da Burocracia, descrita por Weber (2004), embora indubitavelmente,

parte dos fenômenos da organização informal, tenha tal origem. A organização informal é consequência da impossibilidade prática de enquadrar completamente o comportamento humano. Ela abrange todas as normas, relações, valores e crenças não estabelecidas na organização formal. Organizações informais são constituídas por todas as relações sociais existentes em uma organização e que não estejam previstas em seus regulamentos e normas.

2.3 Empresas Informais

Da expressão organização formal, ou organização burocrática, surge o termo setor informal, utilizado para caracterizar o conjunto das organizações que não se enquadram nos requisitos de formalidade. No entanto, pode-se observar que não há um consenso absoluto entre as diversas conceituações utilizadas para empresa informal. Pela metodologia da pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), empresa informal é aquela que não tem um sistema de contas claramente separado das contas da família e emprega de uma até cinco pessoas, incluindo empregados e pequenos empregadores. Já segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), empreendimentos informais são todas as unidades produtivas pertencentes a empregadores com até cinco empregados e trabalhadores por conta própria, independentemente de possuírem constituição jurídica.

De acordo com o ECINF/IBGE (Economia Informal Urbana 2003), para serem considerados empresários informais é necessário que o proprietário trabalhe por conta própria, possua no máximo cinco empregados, esteja instalado em zona urbana, não desenvolva atividades agrícolas, independente do número de não remunerados e não sócios.

O critério sugerido pela 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), considerou empreendimentos informais todas as unidades produtivas pertencentes a empregadores com até cinco empregados e trabalhadores por conta própria, independentemente de possuírem constituição jurídica.

Segundo Cacciamali 2000, setor informal é empregado para representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em micro ou pequenas unidades produtivas em que as relações de capital/trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja na organização do trabalho como no cumprimento de leis.

Segundo um Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe-PREALC constituído pela OIT na década de 70, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo e

oficial, em mercados desregulados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho.

De acordo com Gonçalves (2002), existem vários estudos sobre as atividades econômicas informais que são realizados por vários campos das ciências sociais na busca de construir um melhor e mais preciso conceito sobre o fenômeno. Os primeiros estudos e a formação das primeiras idéias sobre o tema setor informal foram produzidos através de pesquisas realizadas no início dos anos 1960-70, que tinham como objetivo fundamentar reflexões sobre o desenvolvimento econômico de alguns países do continente africano. Em um artigo publicado em 1993 por Machado da Silva, fez-se uma alerta para as transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram nas últimas três décadas em relação à informalidade nas relações econômicas.

Nos anos 60 o debate sobre a informalidade estava restrito ao estudo das formas de aproveitamento do trabalho, que nas economias subdesenvolvidas, era marcada por instabilidade, baixo nível de produtividade e uma remuneração irrisória, fazendo com que os trabalhadores fizessem uma dupla jornada acrescentando suas rendas através de trabalhos domiciliares.

Já na década de 70, os componentes do trabalho informal foram redimensionados pelo processo de acelerado crescimento demográfico urbano nos países de terceiro mundo, que além das características da década de 60, passa a ser visto como o setor econômico que abrigava os trabalhadores incapazes de serem integrados aos setores produtivos mais importantes da economia capitalista sendo obrigados a buscar rendas em atividades economicamente menos importantes, o setor informal. Com a presença do Banco Mundial e de outras instituições de organização do capitalismo internacional, os estudos sobre o setor informal não foram voltados para a curiosidade científica e sim para a preocupação dos países onde se concentra o capital em compreender as relações produtivas nos países que não passavam por um processo de industrialização ou semi-industrializados. Através destes estudos foram elaborados modelos que caracterizaram o setor informal da economia como sendo a combinação entre baixa renda, contraposição ao assalariamento, pequena produtividade, baixo nível produtivo e más condições de trabalho.

Ainda segundo Machado da Silva (1993), citado por Gonçalves (2000), a principal causa do crescimento do setor informal urbano foi à migração da força de trabalho rumo à cidade agravando o quadro de pobreza nas zonas urbanas. O surgimento do setor informal como forma de acolhimento dos trabalhadores sem qualificação para o trabalho urbano moderno torna-se possível pela não possibilidade ou não viabilidade econômica de grandes empresas

exercerem certas funções o que permite o surgimento de uma fenda entre as atividades econômicas mais importantes, que seria ocupada pelo setor informal. Este setor também figura no contexto da economia como sendo de grande importância para a manutenção de certa ordem social, que poderia vir a ser desfeita pela pressão dos excluídos do mercado de trabalho.

De acordo com os dados de pesquisa realizada em 2004 pelo IBGE ,as principais atividades econômicas dentro do setor informal eram o comércio e os serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversão. Das empresas pesquisadas 94% tinham um único proprietário e 80% possuíam apenas uma pessoa ocupada, ou seja, eram empreendimentos de trabalhadores por conta própria que trabalhavam sozinhos, sem sócios ou ajudantes não remunerados. Quanto à forma de contabilidade, a pesquisa indicou que grande parte das empresas não possuía nenhum tipo de registro ou então os proprietários desempenhavam esta função não utilizando os serviços de um contador. A pesquisa mostrou que 66% das empresas não possuíam licença municipal ou estadual.

3. Metodologia

O presente trabalho pode ser classificado, quanto aos fins, como um estudo Exploratório que, segundo Vergara (2005), é uma investigação realizada em área na qual há pouco

conhecimento acumulado e sistematizado. É caracterizada como uma sondagem não comportando hipóteses, contudo elas poderão surgir no fim da pesquisa. Enquadra-se também como pesquisa descritiva que, de acordo com a mesma autora, é aquela que expõe características de determinada população ou fenômeno.

Quanto aos meios, foi utilizada a pesquisa de campo, realizada no local onde ocorre o fenômeno e a pesquisa bibliográfica que é o estudo sistematizado tendo como base material publicado em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas.

Para o levantamento dos dados primários, foi utilizado o questionário estruturado aplicado por intermédio de entrevista. A amostra foi do tipo intencional, sendo o caráter de acessibilidade o critério utilizado para a seleção.

Os dados quantitativos foram tratados com o auxílio do software Excel, a partir dos quais, e com base na amostra, elaborou-se uma análise estatística do setor informal do município. Os dados qualitativos foram analisados utilizando-se da técnica da análise de conteúdo, que é uma análise de textos que parte de uma perspectiva quantitativa, analisando numericamente a frequência de ocorrência de determinados termos, construções e referências em um dado texto.

Tendo em vista não haver um consenso a respeito do que constitui exatamente o setor informal, nesta pesquisa, adotou-se, para caracterizar as empresas informais, os seguintes critérios: a) não possuir registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); b) ter pelo menos duas pessoas envolvidas na empresa, que sobrevivem exclusivamente da sua renda.

4. Resultados

Os dados preliminares da pesquisa indicam que o setor informal em Viçosa é caracterizado predominantemente por empresas de pequeno porte, com até 3 empregados e envolvendo montante de investimento inferior a 5 mil reais.

As atividades de bar e lanchonete predominam no universo pesquisado. A maioria dos entrevistados informou que o tempo de atuação no negócio atual é inferior a 10 anos.

Aproximadamente 54% dos empresários do setor informal alegaram que a principal razão segundo a qual permanecem na informalidade é a perda da liberdade e obrigação de prestar contas. O mesmo número de sujeitos informou conhecer os caminhos para registrar sua empresa junto aos órgãos oficiais.

Quanto à avaliação dos custos e benefícios da formalização a maioria absoluta dos respondentes, ou cerca de 85% alegaram já ter feito tal avaliação decidindo por continuar, ainda assim, atuando na informalidade.

Sobre as vantagens da formalização, 38% da amostra afirmaram conhecê-las. Entre as vantagens da formalização, percebidas pelos sujeitos da pesquisa, predominaram duas respostas: a possibilidade de obtenção de benefício da seguridade social, em caso de incapacitação para o trabalho e possíveis facilidades de obtenção de menores preços para a aquisição de suas mercadorias.

4. Conclusões

Os resultados preliminares desta pesquisa sobre o setor informal no município de Viçosa apresentaram algumas informações coincidentes com as pesquisas de caráter nacional tais como o tamanho negócio e o número de pessoas envolvidas.

As informações a respeito dos motivos que levam empresários a continuarem atuando na informalidade trouxeram uma contribuição nova, ao mostrar que grande parte deles já avaliou os custos e benefícios da formalização, demonstrando conhecer as suas vantagens.

No entanto, alegando o receio de perder a liberdade e contrair a obrigação de prestar contas de todas as atividades ao poder público, grande parte dos entrevistados demonstraram a convicção de que preferem continuar na informalidade.

Tais informações podem ser relevantes para o poder público municipal elaborar políticas públicas e implementar ações no sentido de motivar as pessoas a atuar na formalidade.

4. Referencias Bibliográficas

<http://www.vicosamg.gov.br>, Acesso em: 03/09/2009

<http://www.comunidade.sebrae.com.br/Pesquisas/Pesquisas/default.aspx>, Acesso em: 20/09/2009

<http://www.ibge.com.br>, Acesso em: 20/09/2009

WEBER, Max, **Economia e Sociedade**. São Paulo: Editora UnB 2004.

ETZIONI, Amitai, **Organizações Modernas**, Editora Livraria Pioneira, São Paulo, 1978.

ETZIONI, Amitai, **Organizações Modernas**, quarta edição, editora Pioneira, São Paulo, 1974.
Fernando c. Prestes motta e Isabella f. Gouveia de Vasconcelos, **Teoria Geral da Administração**, terceira edição, editora Thomson, São Paulo, 2006

CHIAVENATO, Adalberto, **Teoria Geral da Administração**, quinta edição, volume 1, editora Campus, 1999

Perfil empresarial de Viçosa/Tancredo Almeida Cruz...[et all], coordenadores. Viçosa, MG: Censur, 2004.

MENDES, René, CAMPOS, Ana C. C. **Saúde e Segurança no Trabalho Informal: Desafios e Oportunidades para a indústria Brasileira**. Disponível em: <http://sstmpe.fundacentro.gov.br/>. Acesso em: 13/10/2009.

MOTTA, P. e PEREIRA, B.. **Introdução à organização burocrática**. SP: Brasiliense, 1988.

LITTERER, Joseph. **Análises das Organizações**. São Paulo: Atlas, 1970.

Economia Informal Urbana 2003. disponível em: <http://www.comunidade.sebrae.com.br/Pesquisas/Pesquisas/Econinform/Ecinf03/default.aspx>. Acesso em: 30/09/2009.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e Processo de Informalidade**. São Paulo 2000, Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>. Acesso em: 21/09/2009.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **Informalidade e Precarização do Trabalho no Brasil**. São Paulo 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-31.htm>. Acesso em: 10/09/2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

<http://www.oitbrasil.org.br/index.php>. Acesso em: 15/10/2009